

Regularização Fundiária - Terra Legal

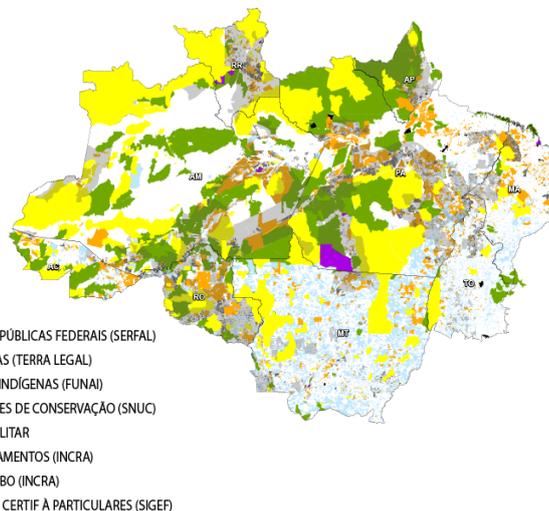
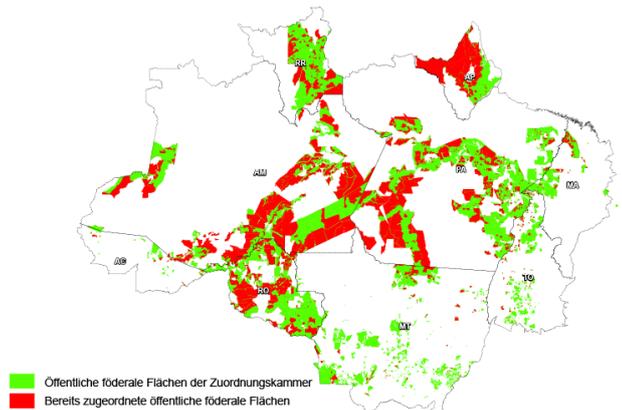
Die Herausforderung

O(a)s pequeno(a)s produtor(a)s rurais e a população indígena na Amazônia têm sua existência afetada por fortes conflitos fundiários. Eles precisam do título de terra assegurado para garantir a sua subsistência, cultivar seus terrenos de forma sustentável e para protegê-los contra o desmatamento ilegal. Estruturas de propriedade claramente definidas e segurança jurídica são um pré-requisito para um desenvolvimento socioeconômico e ambientalmente justo na Amazônia. A extensão do território, o histórico de colonização e os interesses conflitantes tornam a regularização fundiária na região amazônica especialmente complexa. As áreas ao longo das estradas principais foram alocadas a famílias de pequenos agricultores na década de 1970. Embora estas tenham adquirido os direitos de utilização, não obtiveram os títulos de propriedade de suas parcelas. As relações de propriedade pouco claras favorecem a grilagem e muitas vezes levam a conflitos violentos pela posse da terra. Além disso, a falta de segurança jurídica impede a implementação de medidas de proteção da floresta que requerem um planejamento de longo prazo, como exemplo, a criação de unidades de conservação ou reservas para a população indígena.

O governo brasileiro reconheceu este problema e o identificou como prioritário nas suas estratégias nacionais de combate ao

Nome do projeto	Regularização Fundiária na Amazônia – Terra Legal
Por encargo do	Ministério Federal da Cooperação Econômica e do Desenvolvimento (BMZ)
Parceiros de execução	Secretaria Extraordinária de Regularização Fundiária na Amazônia Legal (SERFAL), Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD)/ Casa Civil
País	Brasil
Investimento	6 milhões de Euros
Duração	12/2014 até 04/2020

desmatamento. Em 2009, foi criado o programa nacional "Terra Legal Amazônia", que visa a regularização de 55.000.000 ha de terras públicas dentro da Amazônia (área equivalente 1,5 vezes o território da Alemanha), bem como a titulação de terras para unidades de agricultura familiar.



As áreas verdes são as glebas federais trabalhadas pelo Terra Legal, representando 55 milhões de hectares.

O mapa mostra a estrutura fundiária da Amazônia legal com as áreas trabalhadas pelo programa Terra Legal. As áreas brancas nesse mapa representam porções do território sobre as quais ainda não há informação precisa. Podem ser tanto terras estaduais, títulos ainda não certificados ou outra situação.



Os dados georeferenciados são mandados ao sistema on-line SIGEP para que o processo da titulação seja finalizado o mais rápido possível.



Fotos do Mutirão Integrado em Rondônia de Regularização Fundiária e Ambiental (assessoria aos proprietários rurais e instrumentos de georeferenciamento).

Objetivos

Desde 2014, o programa “Terra Legal Amazônia” é apoiado no âmbito da cooperação Brasil-Alemanha. A cooperação visa tornar os processos de regularização fundiária e a titulação de terras mais eficientes e transparentes, contribuindo para o aperfeiçoamento da gestão fundiária. Ao esclarecer as reivindicações de terras e melhorar a segurança jurídica, cria-se a condição necessária para a proteção e uso sustentável da floresta tropical amazônica. As Diretrizes Voluntárias para a Gestão Responsável da Posse da Terra e de Uso do Solo, Pescas e Florestas (*Voluntary Guidelines on the Responsible Governance of Tenure of Land, Fisheries and Forests, VGGT*) aprovadas pelo Comitê de Segurança Alimentar das Nações Unidas, formam o quadro de referência maior para garantir o acesso justo e seguro à terra e aos recursos naturais.

Metodologia

A cooperação com a SERFAL têm 3 focos: (1) otimizar os processos administrativos do programa “Terra Legal Amazônia”, através de medidas nas áreas de tecnologias da informação e desenvolvimento organizacional; (2) fortalecer a cooperação dos órgãos públicos regionais na Tríplice Fronteira dos Estados do Acre, Amazonas e Rondônia, com outros parceiros; (3) apoiar o(a)s funcionário(a)s da SERFAL na implementação das VGGT junto com participação de representantes da União, dos Estados, do judiciário, dos cartórios de registro e da sociedade civil.

Além disso, a GIZ coopera com diversos atores do poder público e da sociedade civil, engajados na preservação da floresta tropical e na defesa dos direitos da população. São fomentados programas de incentivo ao(a)s pequeno(a)s produtor(e)a)s rurais para o cultivo sustentável e recuperação da cobertura vegetal em suas parcelas, bem como para a comercialização de produtos florestais não madeireiros.

Impactos

Com apoio do programa, foi criada a Câmara Técnica de Destinação, na qual representantes dos órgãos federais decidem sobre a destinação de terras públicas, entre outros, para a demarcação de unidades de conservação, áreas protegidas para grupos de população indígena ou comunidades tradicionais e usos urbanos. Até o momento aproximadamente 60.000.000 há foram consultadas na Câmara, possibilitando a emissão mais de 30.000 títulos de terra e mais de 8.000 Certidões de Reconhecimento da Ocupação (CRO).

A CRO é um documento preliminar a ser expedido aos ocupantes de terras públicas federais da União/INCRA, sob gestão da SEAD, de forma a lhes garantir acesso a linhas de crédito rural visando a melhoria das atividades produtivas desenvolvidas no imóvel em regularização fundiária até que seja concluída a análise do processo administrativo.

Outra inovação é o processamento concentrado, no tempo e no espaço, das etapas administrativas da regularização fundiária e ambiental, no âmbito de campanhas de regularização descentralizadas (os chamados Mutirões Integrados). Nestes, são regularizadas simultaneamente as reivindicações de posse da terra, como também é feita a inscrição no Cadastro Ambiental Rural (CAR), obrigatório desde 2012. O objetivo do Cadastro Ambiental é fazer o levantamento da cobertura de vegetação nativa e assim criar uma base para o monitoramento das obrigações que visam sua preservação e/ou recuperação.

Além disso, foi iniciado um intercâmbio intensivo entre a SERFAL e universidades e instituições de pesquisa, brasileiras e alemãs, sobre temas relacionados à governança fundiária.

<p>Editor</p>	<p>Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH Sede da GIZ: Bonn e Eschborn</p> <p>GIZ Agência Brasília SCN Quadra 01 Bloco C Sala 1501 Ed. Brasília Trade Center 70711-902, Brasília-DF T +55 61 2101 2170 giz-brasilien@giz.de www.giz.de/brasil</p>	<p>Parceiro</p>	<p>Secretaria de Regularização Fundiária na Amazônia Legal (Serfal) Setor Policial Sul, Área especial 5, Quadra 3, Bloco J CEP: 70.610-200, Brasília/DF</p>				
<p>Responsável</p>	<p>Jorge Espinoza</p>	<p>Por encargo do</p>	<p>Ministério Federal da Cooperação Econômica e do Desenvolvimento (BMZ)</p>				
<p>Data</p>	<p>Agosto 2018</p>	<p>Endereço do BMZ</p>	<table border="0"> <tr> <td> <p>BMZ Bonn Dahlmannstraße 4 53113 Bonn, Alemanha T +49 (0)228 99 535-0 F +49 (0)228 99 535-3500</p> </td> <td> <p>BMZ Berlim Stresemannstraße 94 10963 Berlim, Alemanha T +49 (0)30 18 535-0 F +49 (0)30 18 535-2501</p> </td> </tr> <tr> <td> <p>poststelle@bmz.bund.de</p> </td> <td> <p>www.bmz.de</p> </td> </tr> </table>	<p>BMZ Bonn Dahlmannstraße 4 53113 Bonn, Alemanha T +49 (0)228 99 535-0 F +49 (0)228 99 535-3500</p>	<p>BMZ Berlim Stresemannstraße 94 10963 Berlim, Alemanha T +49 (0)30 18 535-0 F +49 (0)30 18 535-2501</p>	<p>poststelle@bmz.bund.de</p>	<p>www.bmz.de</p>
<p>BMZ Bonn Dahlmannstraße 4 53113 Bonn, Alemanha T +49 (0)228 99 535-0 F +49 (0)228 99 535-3500</p>	<p>BMZ Berlim Stresemannstraße 94 10963 Berlim, Alemanha T +49 (0)30 18 535-0 F +49 (0)30 18 535-2501</p>						
<p>poststelle@bmz.bund.de</p>	<p>www.bmz.de</p>						